

# Herança de Sarney preocupa

Egon Brandt

Os assessores de Collor e Brizola só concordam quanto à situação econômica

RIO — A péssima herança, a crise econômica que o governo Sarney deixará para o próximo presidente, foi o único ponto de concordância entre o deputado federal César Maia (PDT/RJ) e a economista Zélia Cardoso de Mello, assessora econômica do candidato Fernando Collor de Mello, durante o debate patrocinado ontem no Rio pela Associação das Câmaras de Comércio Européias (ACCE).

O debate transcorreu calmo, apesar das expectativas em torno de uma forte discussão entre os dois convidados, adversários políticos de posições econômicas di-

vergentes. Para o deputado César Maia, os principais problemas que o atual governo deixará na esfera econômica são: crise cambial, "nunca vista antes no Brasil", uma inadimplência com o setor privado, principalmente empreiteiras, de US\$ 6 milhões, câmbio atrasado, inflação em níveis superiores a 50%, finanças públicas desorganizadas e "uma política de juros da dívida interna suicida". "Todos esses pontos são idéias comuns hoje entre os economistas, só o ministro Mailson da Nóbrega pensa diferente", criticou Maia.

Ele defendeu o programa de desestabilização do PDT. "A primeira medida é aplicar uma rápida deflação, acompanhada de ajuste de preços e tarifas públicas, reforma fiscal e uma rigorosa disciplina monetária", disse. Para ele, não há como escapar da recessão, "pelo menos no primeiro ano".

A economista Zélia Cardoso de Mello defendeu os três principais pontos do programa do candidato Fernando Collor de Mello. Recuperação do desenvolvimento da economia, combate às desigualdades sociais e regionais e combate enérgico à inflação. "Os programas econômicos deste governo não foram bem sucedidos, porque não combinaram essa política, afirmou Zélia. Ela ressaltou que as reformas sociais são condições básicas para que o programa dê certo. "A função do Estado é investir no social, em saneamento, habitação, educação, e transporte", enumerou. A economista disse também que, caso Fernando Collor ganhe, o seu governo adequará o aparelho de estado a essa nova situação. "Faremos uma revisão de cargos e salários, uma reforma fiscal e rediscutiremos todos os subsídios e incentivos", afirmou.